



# GENERAL ASSEMBLY ASSEMBLÉE GÉNÉRALE ASSEMBLEIA GERAL جمعية عمومية

#CODESRIA14

**Creating African Futures in an Era of Global Transformations:**

**Challenges and Prospects**

**Créer l'Afrique de demain dans un contexte de transformations mondialisées :**

**enjeux et perspectives**

**Criar Futuros Africanos numa Era de Transformações Globais:**

**Desafios e Perspetivas**

**بعث أفريقيا الغد في سياق التحولات المعولمة :**

**رهانات و آفاق**

**Neoliberalismo e a financeirização dos recursos naturais em África**

**Teresa Maria Da Cruz e Silva**



**CODESRIA**

**08 - 12 June / Juin 2015**

**Dakar, Senegal**



## **Resumo**

### **Acesso a recursos naturais e luta pela sobrevivência: experiências de Cabo Delgado, Moçambique**

Experiências e exemplos de pesquisas levadas a cabo em países do “Sul global” sobre acesso a recursos naturais mostram-nos que na maior parte dos casos essa “riqueza” pouco ou nada contribui para combater a “pobreza social”, uma vez que a legislação vigente e o desenho e aplicação das políticas públicas continuam desligados das realidades e são por isso pouco inclusivos. Para fundamentar estas premissas trazemos para a mesa de debate algumas reflexões sobre a luta pelo acesso a recursos naturais, baseadas nos resultados de um trabalho de pesquisa realizado entre as comunidades costeiras da província de Cabo Delgado em Moçambique. Neste processo, estão envolvidos vários actores e interesses em disputa, revelando questões como identidades, direitos humanos e cogestão de recursos, subjacentes às discussões que envolvem problemas ligados aos impactos de “áreas de conservação”, turismo, exploração de recursos energéticos e mobilidade populacional nas áreas espaciais de estudo



## Acesso a recursos naturais e luta pela sobrevivência:

### Experiências de Cabo Delgado, Moçambique<sup>i</sup>

#### Introdução

Ao longo dos séculos os oceanos foram espaços privilegiados para o intercâmbio comercial entre vários continentes e pontos de contacto entre as comunidades do *hinterland* e da costa. O Oceano Índico foi, nesse sentido, colocado no campo das rotas geoestratégicas que ligaram continentes como a Europa a Ásia e a África.

As mudanças que se operaram nas principais rotas comerciais globais e a corrida ao acesso aos recursos mineiro-energéticos que se vêm vivenciando nas últimas décadas, trouxeram para o teatro de operações das rotas do Índico, novos actores sociais e económicos. Neste processo, o Índico Africano voltou a estar no centro dos grandes interesses comerciais, chamando a atenção dos países dependentes da importação do petróleo e outros combustíveis e das grandes economias mundiais, para toda a geopolítica que se prende com as grandes rotas do comércio internacional e suas alternativas, e com elas a exportação de recursos naturais<sup>ii</sup>.

Face ao quadro acabado de descrever, os novos contextos em que a África Austral passou a situar-se, despertaram uma atenção especial dos pesquisadores de várias especialidades. Os cientistas sociais interrogam o futuro, entre outras questões, relativamente aos impactos que as mudanças operadas pelas demandas do capitalismo global colocam e/ou poderão vir a colocar a curto e a médio prazos, no geral sobre os interesses nacionais dos países da região, mas também, e em particular, relativamente à sobrevivência das comunidades rurais de camponeses e pescadores directamente afectados pelas novas políticas económicas e suas formas de gestão. No âmbito destes questionamentos, trazemos para debate algumas reflexões sobre Moçambique, como estudo de caso, visando discutir o impacto que os recursos naturais e a sua exploração, particularmente os da área mineiro-energética, têm sobre a sobrevivência das comunidades de habitantes das comunidades costeiras da província mais a norte de Moçambique, Cabo Delgado, sob a bandeira do neoliberalismo. Fazem também parte das nossas preocupações as formas como os programas governamentais de desenvolvimento do turismo nacional e de áreas de conservação interagem com a exploração destes mesmos recursos.

Depois da introdução, a nossa comunicação fará um breve historial e contexto da área de estudo, seguida de uma breve análise sobre uma economia dependente de financiamentos externos; recursos naturais e as áreas de conservação e turismo; recursos energéticos e as perspectivas futuras, e uma conclusão.



## **História E Contexto**

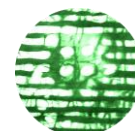
Os processos subsequentes às independências nacionais africanas foram marcados por vários procedimentos ligados à construção de estratégias e modelos de desenvolvimento económico. Uma vez que a África não pode ser olhada como um bloco monolítico, é necessário analisar os impactos das políticas adoptadas pelos novos governos, caso a caso e, em cada contexto específico, tendo em conta não só as dinâmicas internas e regionais mas também os constrangimentos provocados pelas políticas económicas globais sobre este mesmo continente, particularmente entre as duas últimas décadas do séc. XX e o início do séc. XXI.

Como refere Paul Zeleza (2006), a África contemporânea foi marcada ao longo das últimas décadas por dinâmicas políticas complexas e contraditórias, nomeadamente: a democratização, a globalização, a regionalização e a militarização, cujos impactos se fizeram reflectir directamente no desenvolvimento social, económico e político do continente, na maior parte dos casos, de forma negativa. Numa situação largamente generalizada para todo o continente, os constrangimentos provocados pela face negativa destes processos, contribuíram para o desenvolvimento da exclusão dos seus cidadãos, onde se situa o acesso e controlo de recursos naturais.

É importante lembrar que, nas últimas décadas, as demandas em energia, minerais e metais, bem como de cereais, para a indústria e produtos agroalimentares requeridos pela expansão de novos mercados, direccionaram o investimento global para a exploração e extracção destas matérias-primas para áreas onde existem reservas inexploradas de minerais e fontes de energia, assim como, de terra arável (i.e. perfuração, mineração, exploração de metais e combustíveis fósseis- petróleo e gás, para além dos produtos agroindustriais) (Veltmeyer & Petras, 2014). A demanda destas mercadorias, associada a uma vontade do norte global de diversificação das suas fontes de acesso a recursos energéticos e procura de matérias-primas, face às mudanças dos contextos políticos mundiais e ao desenvolvimento da indústria, transformaram o continente Africano, onde as pesquisas identificaram novas fontes de energia e minerais industriais, em lugares de investimento das corporações multinacionais. Consequentemente emergiram novos espaços de conflitos sociais resultantes das disputas pelo acesso e controlo da terra, água e outros recursos naturais.

As guerras geradas pelas disputas pelo acesso a recursos básicos para a sobrevivência das populações residentes em áreas de pesquisa e/ou exploração levaram ao redimensionamento do conceito poder, na nova relação que foi estabelecida entre a natureza e a sociedade. Estas novas formas de poder levaram ainda ao que Vandana Shiva chamaria, uma nova dessacralização do espaço que desenraíza as comunidades, cria novas fronteiras e transforma os habitantes originais em estrangeiros, enquanto os intrusos se apropriam do seu território como se de propriedade privada de tratasse (Shiva, 2014: 106).

Experiências e exemplos de pesquisas levadas a cabo em países do “sul global” sobre acesso a recursos naturais mostram-nos que, na maior parte dos casos essa “riqueza” pouco ou nada contribuiu para combater a pobreza, uma vez que as políticas económicas, a legislação



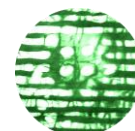
vigente e o desenho e aplicação das políticas públicas dos países detentores desses recursos continuaram desligados das realidades locais. Em África, o paradoxo da abundância de recursos naturais transformados numa maldição, pode ser exemplificado pelo caso da Nigéria, onde 35 anos depois do início das exportações petrolíferas a renda por habitante era inferior a um dólar/dia (Tordeta, 2010: 203). As nossas reflexões sobre o presente e o futuro breve das economias dependentes da exploração de recursos partem da realidade de Moçambique.

Moçambique é um país rico em recursos naturais de solo e subsolo, com 36 milhões de hectares de terra arável, dos quais apenas uma percentagem aproximada a 10% é utilizada para produção agrícola (UNDAF, 2011). Com uma extensa linha de costa, oferece igualmente acesso a recursos do mar e áreas adjacentes. Com uma percentagem substancial da sua população a viver em áreas ribeirinhas, seja, na costa do Índico ou junto a massas de águas interiores. As recentes explorações dos recursos naturais para a área de produção de energia colocam este país na rota dos 10 maiores exportadores mundiais de gás natural, razão pela qual o nosso estudo se enquadra no conjunto de questionamentos levantados pelas ciências sociais, da relação entre riquezas naturais e alteração dos índices de pobreza, num enquadramento de políticas neoliberais.

Moçambique é um país de economia tradicionalmente agrícola. Para o nosso estudo de caso, importa sublinhar que embora as terras do litoral sejam, regra geral, formadas por solos pobres e frágeis para a prática agrícola, exceptuando as terras baixas e irrigadas, a agricultura situa-se entre as actividades económicas principais das populações que vivem ao longo da costa, ao lado da pesca. A exploração de recursos florestais, o comércio de produtos extraídos do mar ou da terra, a caça e o artesanato, são algumas das actividades que compõem a economia familiar de subsistência destas populações.

Nas áreas costeiras do norte de Moçambique, a pressão sobre os recursos marinhos e costeiros, provocada pela exploração directa dos seus habitantes, a pesca (sobretudo a semi-industrial e industrial) e a exploração mineira, constituem um desafio para a manutenção da sustentabilidade dos ecossistemas que alimentam as economias destas sociedades. Por sua vez, as áreas de conservação, o turismo e a exploração de hidrocarbonetos no litoral costeiro, *onshore* ou em *offshore*, entram em conflito com as actividades de pesca artesanal e exploração de outros recursos da terra, em maior ou menor escala, prevendo-se um agravamento desta situação com a intensificação do turismo e exploração mineira nos próximos anos (Santos, 2008: MICOA s/d). A província de Cabo Delgado, nosso estudo de caso, situa-se no quadro acabado de referir, onde os impactos da exploração do gás natural e o desenvolvimento do turismo vão produzir impactos negativos sobre a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos e terrestres, com consequências para a pesca artesanal e, no geral, sobre o acesso a recursos naturais.

Quer a sobrevivência das populações costeiras, quer a exportação do pescado, que tem um peso importante na balança de pagamentos do país, estão dependentes do uso correcto dos





recursos naturais (MICOA, 2007). Neste caso, a restrição ao acesso a recursos será tratada como um problema de insegurança<sup>iii</sup> para os habitantes desta região costeira.

As comunidades costeiras de Cabo Delgado, mesmo tendo uma economia mista (agricultura e pesca), podem ser também classificadas como de “economia marítima” (Conceição, 2006)<sup>iv</sup>, pela importância que historicamente o mar representou na construção das suas categorias sociais dominantes e onde a economia das comunidades se foi desenhando e redesenhando ao longo dos séculos, tendo como polo central o mar. Como nos diz Conceição (2006), esses produtores independentes que se constituíram ao longo dos séculos são formados por pescadores/marinheiros, armadores, construtores de barcos, mas também por mercadores. O Islão, visto entre estas comunidades como um “referente ideológico” (Conceição, 2006: 54), aparece também como elemento agregador, em redor do qual se criam e se consolidam pertenças, muitas das quais chegam aos nossos dias<sup>v</sup>.

Embora estejamos, teoricamente, situados no seio de uma sociedade matrilinear, vários estudos realizados sobre as sociedades costeiras do norte de Moçambique (Conceição, 2006; Casimiro, 2008) confirmam o impacto do Islão na configuração de “novos polos de autoridade de tendência patrilinear e/ou patrilocal”(Conceição, 2006: 95). É assim que, embora as mulheres tivessem continuado a administrar os celeiros (produção agrícola), foram excluídas do controle do comércio que foi e é ainda em grande parte uma actividade maioritariamente masculina. O nosso estudo revelou ainda que, nos dias de hoje, a presença de mulheres envolvidas no comércio “informal” de mercadorias (panos, pescado, produtos agrícolas; etc.) aumentou significativamente, mas o comércio continua a ser uma actividade predominantemente masculina, nesta região. A pesca, também considerada uma actividade masculina, apenas envolve as mulheres em áreas como a recolha e pesca com rede fina (Loforte, 2003; Conceição, 2006;), o que não diminui a importância fundamental do seu papel na manutenção da economia familiar. Ao longo do nosso estudo encontramos mulheres “armadoras” (proprietárias de barcos), ou donas de artes de pesca (sobretudo de redes) que ainda constituem uma excepção à regra.

Estudos realizados na costa de Cabo Delgado (Bonate, 2006; Conceição, 2006), mostram-nos que tradicionalmente a sucessão entre estas sociedades se faz por via da linhagem feminina, e que o Islão coexistiu com a matrilinearidade ao longo da história, depois do séc. XIX, no norte de Moçambique (Bonate, 2006.). Hoje, face aos contextos socioeconómicos presentes e à modernização das sociedades, há o desenvolvimento de uma cultura que podemos chamar híbrida, pela manutenção de alguns valores e rejeição de outros que marcam os referentes de pertença ao Islão. Exemplos dessa situação podem ser encontrados em estudos realizados em Cabo Delgado pela WLSA Moçambique (Osório e Cruz e Silva, 2008; Arthur *et al.*, 2012)<sup>vi</sup>, com ilustrações do reforço do poder masculino nas relações de género, entre praticantes do Islão. Independentemente das teses discutidas, o Islão continua a ser um forte factor aglutinador que distingue marcos identitários que não podemos ignorar se quisermos compreender estas sociedades. Quer a história colonial quer a do pós-



independência mostram-nos a tomada de consciência pelos respectivos governos sobre o papel desempenhado pelo Islão no seio destas comunidades. No entanto, nem o governo colonial português nem a FRELIMO souberam lidar correctamente com este factor aglutinador, a seu favor (Bonate, 2006; 2013).

A costa de Cabo Delgado é linguisticamente compósita: Kiswahili (e o seu dialecto Kimakwe); Cimwani e EMakua. Há ainda a presença da língua Cimakonde em alguns lugares da costa, como é o caso de Mocímboa da Praia. Dos distritos abrangidos pelo nosso estudo, Quissanga é considerada uma área onde se fizeram sentir influências swahili profundas <sup>vii</sup>. Metuge, mais a sul, contíguo à área urbana de Pemba, é permeável a outras variantes linguísticas para além do EMakua. A Cidade de Pemba é um espaço de mobilidade populacional permanente, onde podemos encontrar para além da língua EMakua, uma miscigenação linguística, representando várias partes da composição da província. Aqui é possível perceber uma textura social formada por múltiplas identidades inseridas num ambiente socioeconómico diversificado.

### **Uma Economia Dependente de Financiamentos Externos**

Desde que se tornou independente, em 1975, Moçambique tem sido classificado nos relatórios internacionais de avaliação como um dos países mais pobres do mundo. O ranking mundial de 2012 que avalia o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) colocou o país na posição nº 185. De uma lista de 187 países, apenas a República Democrática do Congo e o Níger superaram Moçambique com piores índices (PNUD, 2013). O país foi assim classificado entre os quatro mais pobres do continente, abaixo de Burkina Faso e imediatamente acima dos países acabados de mencionar, situados em escalões menores nesta tabela classificativa (PNUD, 2013). Se é verdade que se podem contestar as formas de medição do IDH <sup>viii</sup> começando por discutir, quer o conceito de bem-estar adoptado pelas Nações Unidas, quer ainda as formas da sua aferição e a relativa importância desta medida (Castel-Branco, 2012; Vieira, 2005), não deixam de ser preocupantes os números apresentados pelos dados oficiais da Avaliação Nacional da Pobreza <sup>ix</sup> nas suas diversas rondas (Francisco, Ali e Ibrahim, 2011; Ministério da Planificação e Desenvolvimento, 2010) <sup>x</sup>. Complementam estas informações de carácter quantitativo outros dados qualitativos, que no seu conjunto reproduzem a imagem de um país marcado por uma profunda desigualdade social, acompanhada por uma crescente deterioração de serviços sociais básicos (escola, saúde e saneamento) e habitação condigna, para citar apenas alguns indicadores (Francisco, Ali e Ibrahim, 2011; UNDAF, 2011).

Alguns autores defendem que a pobreza e a vulnerabilidade nem sempre caminham de mãos dadas, uma vez que há pobres que não são necessariamente vulneráveis (Salas *et al.*, 2011). No contexto social que estamos a tratar não podemos, no entanto, ignorar que as políticas públicas em curso propõem a implementação de acções para a redução da pobreza, num quadro de exposição permanente a riscos. Convém reafirmar que, tal como havíamos referido mais acima, no que se refere ao IDH, a revisão da literatura mostra-nos que os índices



que medem a pobreza são também passíveis de discussão. Não é por acaso que Salas (2011), recorrendo aos subsídios de vários autores que tratam da questão da pobreza e da vulnerabilidade e, neste caso, viradas para comunidades de pescadores, nos fala da complexidade deste conceito e das polémicas que giram em redor dos indicadores para alívio à pobreza usados nas políticas públicas. Tomando como exemplo comunidades de pescadores do México, Salas refere ainda que a heterogeneidade dos grupos de pescadores cria também dificuldades para aplicar os índices usados pelas Nações Unidas para definir pobreza (Salas *et al*, 2011). Neste sentido, Moçambique, nosso estudo de caso, não constitui uma excepção.

Aparentemente em contradição com os dados do IDH acabados de referir, Moçambique é considerado pelas instituições financeiras internacionais, um dos países africanos mais exemplarmente “bem sucedidos”, pelos seus índices de crescimento económico, depois que saiu de um período de guerra civil pós-independência. Fica claro que não há uma relação directa entre crescimento económico, progressos nos índices de desenvolvimento humano e redução da pobreza, como tem sido repetidamente analisado por vários especialistas da área (Francisco, Ali e Ibrahim, 2011; PNUD, 2013; Castel-Branco, 2012; Vieira, 2005). Se é verdade que o crescimento económico é um factor importante para a redução da pobreza, não é menos verdade que, só por si, ele é insuficiente para fazer essa avaliação, havendo outros factores relevantes a colocar no prato da balança, entre os quais a aplicação de algumas reformas orientadas para as políticas sociais (Vieira, 2005), para que os mais desfavorecidos saiam beneficiados com este mesmo crescimento. Nestas circunstâncias, uma leitura de Moçambique em que o ponto de partida se centre na avaliação do país como um “caso de sucesso” devido ao seu crescimento económico, levaria certamente a uma interpretação distorcida sobre a sua realidade (Francisco, Ali e Ibrahim, 2011; Castel-Branco 2012). Esta situação conduziria também, a uma leitura enviesada sobre o seu desenvolvimento, caracterizado por uma economia que é apelidada por alguns autores, de *bazarconomia*, pela coexistência de vários universos económicos, muitos dos quais, sem enquadramento nos indicadores convencionalmente utilizados para uma aferição estatística (Francisco, Ali e Ibrahim, 2011: 22-23).

Depois de uma guerra de guerrilha para a conquista da sua independência, factores estruturais e conjunturais que marcaram os períodos seguintes constituíram um peso importante para o declínio da economia de Moçambique e pauperização das condições sociais dos cidadãos. A internacionalização das instituições financeiras depois de meados da década de 1980 e a adesão do país a uma economia neoliberal aprofundaram as desigualdades sociais e a deterioração do acesso aos serviços sociais básicos para a maioria da população. A transformação do PRE-Plano de Reestruturação Económica, em PRES-Plano de Reestruturação Económica e Social, em 1989, é um indicador da situação que se vivia no país relativamente à precariedade social dos cidadãos (Francisco, 2003). As reformas levadas a cabo depois deste período e a avaliação da situação de pobreza no país conduziram, mais tarde, à aprovação do PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005). Apesar deste contexto de crise em que o país estava mergulhado, Moçambique entrou





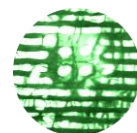
numa situação de crescimento económico depois de 1989, posição considerada sustentável pelos analistas, sobretudo com o fim da guerra (Vieira, 2005).

Com a liberalização da economia, que se situou no âmbito das reformas do Estado efectuadas depois da segunda metade de 1980, Moçambique passou a um período do reforço do poder económico das elites colocadas em posições de liderança, onde são claras as alianças entre “poder e burocracia (funcionários), cooperação e capital externo” (Mosca, 2013: 59).

Em meados da primeira década de presente milénio Moçambique caracteriza-se por uma economia marcada por uma dependência externa de capitais, associada a uma “economia rendeira” e “predadora” (Castel-Branco, 2010; Mosca, 2013), da qual estão excluídos os “trabalhadores rurais, os pequenos e micro empresários formais e informais” (Mosca, 2013: 78-79)<sup>xi</sup>.

Como já repetidamente observado por alguns estudiosos, Moçambique tem uma economia marcada por uma promiscuidade entre o capitalismo nacional e o poder político em aliança com o capital financeiro internacional, onde o processo de acumulação se faz através da exploração de recursos naturais e economias de “natureza extrativa” (Castel-Branco, 2010, Mosca, 2013). Os mesmos estudiosos sublinham ainda que uma economia baseada em Investimento Directo Externo - IDE, não produz necessariamente redução da pobreza, sendo que, embora importantes e necessárias as suas dinâmicas, estas não são suficientes para a sua sustentabilidade a médio e longo prazos (Castel-Branco, 2002). Tendo em conta a dependência de Moçambique da ajuda externa, o país é considerado como tendo uma “economia porosa” (Ossemane, 2013; Castel-Branco, 2012 a, b; Selemene, 2013).

Os megaprojetos em fase de produção, como a HCB, a Mozal ou a Kenmare, para citar alguns, e outros exemplos mais recentes da indústria mineiro-energética, algumas já em fase de exploração, como o carvão (Tete) e o gás (Inhambane), são ilustrações do que foi acima referido, onde fica clara a contribuição reduzida destes investimentos para as receitas fiscais, tendo em conta as políticas em vigor que bonificam a tributação do investimento externo com incentivos (Ossemane, 2013; CIP, 2013 a,b; CIP 2014). Estudos realizados em outros países, incluindo da América Latina, mostram que Moçambique não constitui excepção na relação que se estabelece entre desenvolvimento e dependência de investimento externo. Outros estudos que ilustram e reconfirmam a avaliação que Mosca (2013) faz da economia de Moçambique na presente fase, para além da análise do impacto das políticas de tributação acabadas de mencionar, referem a falta de transparência no processo de governação, quando se trata de contratos assinados entre o Estado e as grandes multinacionais que exploram os recursos naturais nacionais, apontando aspectos passíveis de processos de corrupção (CIP, 2013 a,b,c). Muitos das análises que temos vindo a mencionar, para além de um diagnóstico da situação, também propõem caminhos alternativos que, eventualmente poderiam contornar os impactos das políticas económicas e das práticas adoptadas pelo Governo, formas para transformar as estratégias de redução da pobreza em realidades, com algumas medidas passíveis de permitir a redistribuição da riqueza (Ossemane, 2013; Castel-Branco, 2012 b).



Muitos outros exemplos com carácter ilustrativo da economia política de Moçambique e seus desenvolvimentos na última década poderiam ser trazidos para esta comunicação se esta breve abordagem, que remete a leitura dos dados quantitativos para os autores referenciados, não tivesse por objectivo apenas fazer um enquadramento do nosso estudo de caso na província de Cabo Delgado. O acesso a recursos e suas formas de apropriação, com as consequentes alterações do quadro socioeconómico, são o ponto central para a nossa discussão relativa aos desafios presentes e futuros para as comunidades costeiras desta região.

A problemática do acesso a recursos naturais e suas formas de exploração em Moçambique, como parte de uma discussão global que envolve várias redes internacionais, tem chamado a atenção de pesquisadores de várias áreas do saber. Destacam-se aqui, os estudos que referem os seus impactos de curto e médio prazos sobre as populações deles dependentes. São também referidas as consequências a mais longo prazo sobre o meio ambiente desencadeadas pelo desenvolvimento do turismo, prospecção de hidrocarbonetos e exploração desenfreada dos recursos do mar. A nossa pesquisa constatou que em Cabo Delgado, em 2012, começavam já a sentir-se pequenos impactos de algumas actividades de exploração de hidrocarbonetos sobre as comunidades costeiras, com a geração de situações de conflito de carácter social, provocados pelo acesso à terra e pesqueiros<sup>xii</sup>. Em 2013 havia, já indícios de agravamento desta situação no distrito de Palma<sup>xiii</sup>, com disputas pelo uso e ocupação da terra, situação que pode ser testemunhada pelos acontecimentos de Setembro do mesmo ano na comunidade da aldeia de Quitupo, abrangendo 730 famílias, e o processo do seu reassentamento, para dar lugar ao projecto da Fábrica de Gás Natural Liquefeito, GNL (Silva, 2013).

Chama-se a atenção para os riscos que Moçambique corre de voltar a passar por situações de conflitos graves que eventualmente envolverão comunidades de pescadores/camponeses se não se tomar em conta os erros cometidos nas províncias de Nampula ou de Tete com a expropriação de terras aos camponeses e os consequentes processos de reassentamento. Significa isto que há uma previsão de alastramento de novas contendas envolvendo as companhias representantes de multinacionais, a administração do Estado e as populações locais, ou num futuro breve, a expansão do embrião de conflitos sociais existentes, com a produção de outras dimensões conflituais de carácter económico e ecológico, devido aos múltiplos interesses que estão em jogo. Para além da contenda com as companhias multinacionais, o acesso a pesqueiros e praias e no geral, à terra, e as migrações nacionais e internacionais são já, neste momento, geradores de conflitos entre as comunidades costeiras e: as áreas de conservação; as unidades turísticas e a administração do Estado. Em processos que envolvem conflitos desta natureza, a sobrevivência e bem-estar das comunidades são, normalmente, relegados para um plano secundário, como o mostram estudos feitos a nível global e nacional.



## **Turismo, Parques Nacionais E O Conflito Pelo Acesso Aos Recursos Naturais**

Dos distritos seleccionados para o nosso estudo de caso, dois são cobertos pela área de protecção do Parque Nacional das Quirimbas (PNQ). É o caso de Quissanga, com uma extensa área coberta pelo PNQ, e o Distrito de Metuge, com uma larga área destinada à conservação. Fundado em 2002, o Parque abrange uma área continental e uma insular para além da área marítima. Muitos dos seus residentes são pescadores e/ou agricultores, que têm que lidar diariamente com as restrições ao acesso a recursos estabelecidas pelas normas do Parque. Como consequência registam-se, permanentemente, conflitos entre as comunidades e o Parque ocasionados, quer pelas dificuldades de acesso a recursos em zonas tampão e/ou de protecção total, quer devido aos conflitos homem-fauna bravia. Embora haja alguma interactividade entre o PNQ, as comunidades que habitam a sua área ou circunvizinhas, as autoridades locais e as administrações locais do Estado com vista a esclarecer os objectivos da conservação e da protecção das espécies da fauna e flora terrestre e marinha e a incentivar práticas que não violem as normas estabelecidas para a protecção da natureza, nem sempre essas regras e actividades são bem aceites e compreendidas pelas comunidades, já que elas significam também restrições de acesso a recursos vitais para a sua sobrevivência.

Se considerarmos que uma parte importante da pesca praticada em Cabo Delgado é artesanal e que os objectivos de criação de uma área de conservação não visam, necessariamente, a melhoria da pesca (Santos, 2008), é compreensível a existência de conflitos entre pescadores e o PNQ, já que muitos acessos às praias e áreas de pesca foram vedados às suas actividades, seja sazonalmente ou por períodos prolongados. Se tomarmos ainda em conta que as comunidades costeiras dos distritos abrangidos pelo PNQ vivem também da agricultura, da caça e de outros recursos das áreas costeiras, fica ainda mais claro que os conflitos por acesso aos recursos se agravam com as restrições impostas ao seu uso em todo o perímetro de conservação do Parque.

Os conflitos entre a população originária do território coberto pelo PNQ e a direcção do Parque, não são muito diferentes de outros similares que resultaram da criação de áreas protegidas. Invariavelmente, eles são o resultado de processos de “expulsão” das áreas de conservação e consequentes processos de reassentamento, onde a expropriação de terras dos camponeses não é, na maior parte dos casos, justamente recompensada. Há, mesmo assim, comunidades que vivem ainda no seio do PNQ, o que agrava os conflitos existentes. Moçambique tem várias histórias de reassentamento de populações, que as lesam por não se ter em conta o respeito por aspectos socioculturais, como os laços que ligam os indivíduos à terra (os seus mortos, as suas árvores, florestas, as suas crenças e, no geral, a sua cultura), insegurança no sistema de posse de terra e garante de terra arável. Fausto Fidalgo Ngove (2013), ao tratar do Parque Nacional do Limpopo (PNL), observa a existência de conflitos desta natureza advenientes da criação de uma área protegida.

A legislação vigente cria zonas de protecção (reservas naturais e zonas de conservação) mais abertas, ou menos, como acontece com o PNQ. A produção de conflitos de carácter ecológico que surgem com a violação dos regulamentos que protegem as zonas de



conservação, seja em mar ou em terra podem, no entanto, ser minimizadas com a educação dos residentes nas áreas da reserva e suas proximidades, mas sobretudo com a procura de alternativas sustentáveis para as populações que utilizam os recursos florestais, a caça e as riquezas do mar para a sua sobrevivência. O nosso estudo mostra que os esforços de coordenação realizados entre o Parque (PNQ), as autoridades locais e distritais e as comunidades, não são ainda suficientes para minimizar os conflitos existentes. Do mesmo modo, as actividades educativas da população sobre a consciencialização da importância da preservação dos recursos e o papel do Parque, mostram-se ainda insuficientes. Esperança Oliveira (2013), a partir de um estudo de caso do Parque Nacional do Limpopo (PNL) e da revisão da literatura concorda com a premissa avançada por outros estudos que “a degradação das áreas protegidas se torna mais provável quando as comunidades locais são excluídas da gestão” (Oliveira 2013: 3). A mesma autora avança igualmente a necessidade de criação de incentivos que motivem a participação local, onde os habitantes das áreas de conservação e vizinhanças sintam os benefícios directos que a conservação de recursos traz para a comunidade.

Menezes, Smardon e Almeida (2009) publicaram os resultados de um estudo que aborda políticas participativas entre comunidades de pescadores, onde verificaram que a introdução de processos de descentralização e participação comunitária na tomada de decisões, sendo embora um passo positivo, precisa ainda de dar muitos outros passos importantes para se tornar frutífera. Entre as fraquezas apontadas pelo sistema de descentralização, estes autores referem: fraca participação das comunidades; comunicação deficiente entre a administração do Estado e os beneficiários; selecção de líderes comunitários (que estabelecem a ligação com as bases) com base em critérios que não representam os interesses das comunidades, entre outros. Os mesmos autores repisam a necessidade de formular programas para protecção de recursos e melhoramento do ambiente que tragam benefícios directos às comunidades rurais, para o sucesso dos mesmos.

Os resultados do nosso estudo produziram informação sobre a participação local na salvaguarda e conservação dos recursos naturais, particularmente da área da pesca. As experiências trazidas pelas narrativas dos pescadores mostram-nos, no entanto, que os Conselhos Consultivos de Pescas (CCP) e outras instâncias criadas para uma participação local na gestão de recursos naturais funcionavam com muitas deficiências. E do mesmo modo como foi observado por alguns autores para o PNL (Oliveira 2013; Ngove 2013), este estudo permitiu-nos constatar que no PNQ assim como no geral, a nível das pescas existe uma zona cinzenta quanto aos mecanismos de funcionamento de muitas das instituições criadas para a cogestão local de recursos. Não sendo nosso objectivo discutir as estratégias de cogestão no manejo de recursos naturais, não podemos deixar de mencionar, como referem Menezes, Eide e Raakjaer (2011), que se é verdade que foram feitos alguns esforços, em termos de políticas, para implementar processos de participação das comunidades para proteger a natureza beneficiando os mais pobres, as práticas demonstraram que os benefícios acabaram por recair em grupos com interesses pessoais dentro das comunidades, onde estão envolvidas as lideranças (Menezes, Eide e Raakjaer, 2011: 407). Para entender esta posição, parece-nos



importante referir que o sistema local de cogestão, em regra, funciona de forma tripartida envolvendo lideranças locais “tradicionais”, que fazem a ponte com as autoridades administrativas e as populações. As narrativas dos pescadores também nos mostraram que o processo montado para uma gestão participativa de recursos, com raras excepções, acaba por ficar manchado por processos de amiguismo e clientelismo, envolvendo as lideranças locais e onde os pescadores continuam “sem voz”. Exemplos concretos desta situação podem ser encontrados num outro capítulo que ilustra com mais detalhes estes problemas.

Sendo que a maioria das populações rurais dos distritos costeiros por nós estudados vive quase exclusivamente da exploração de recursos naturais para a sua sobrevivência, qualquer política de meio ambiente virada para a conservação e protecção contará, na sua aplicabilidade, com impactos adversos na relação entre a população e as áreas protegidas, pelo que as medidas a aplicar não devem descurar a eventualidade deste tipo de conflitos.

A agravar esta situação, há ainda a pressão da actividade turística sobre os recursos. O turismo praticado nas ilhas, cria, frequentemente, mecanismos que proíbem o acesso de pescadores às praias e a passagem por certas áreas, usando muitas vezes métodos agressivos de controlo do espaço que legalmente não lhes pertence. Com estas medidas abusivas e restritivas, vão diminuindo os espaços (praias, acessos ao mar e à terra) a utilizar pelos pescadores artesanais e, conseqüentemente, a diminuição da sua capacidade de acesso a recursos.

As barreiras criadas para a obtenção de recursos financeiros, dificultam, por sua vez, a capacidade dos pescadores de aquisição de equipamento mais moderno e seguro que lhes permita ter maior produtividade no seu trabalho.

A questão da discriminação no acesso às praias acaba, muitas vezes, por assumir as características acima referidas, pela ausência de diálogo entre os diversos actores sociais.

### **Exploração De Recursos Energéticos E As Ameaças Futuras**

Os levantamentos e mapeamentos de áreas de recursos renováveis, ou não, no país, são muito antigos, remontando ao período colonial. Alguns destes mesmos recursos, há muito vêm sendo explorados, embora só agora se tenha iniciado uma prospecção e uma exploração mais profunda de alguns recursos mineiro-energéticos, como são os casos do gás natural, do carvão e de algumas pedras preciosas e semipreciosas.

A prospecção de hidrocarbonetos em Moçambique data dos anos 60, com a “Gul Oil” e “Panamerican Oil” a trabalharem na foz do rio Save ao sul de Moçambique, na prospecção de petróleo. Conta-se também para a mesma época a localização de jazigos de gás natural em Temane e Pande, na Província de Inhambane, e Búzi na província de Sofala. Em finais de 1967 outros consórcios internacionais obtiveram do governo colonial direitos de pesquisa e autorizações para realizarem campanhas geofísicas no sul e centro do país. No território que hoje é a República Unida da Tanzânia, desde os inícios da década de 1960 se haviam estabelecido contratos com firmas de exploração petrolífera; porém, só em 1964 foi





assegurada uma concessão costeira à Shell/BP, depois do que se seguiram outras companhias, como a E.N.I, que assinou um acordo com o Governo tanzaniano para a prospecção e exploração da bacia do Rovuma. A esta, como a outras companhias se impunha, para trabalharem na Tanzânia, que rompessem os seus contratos com Portugal, que mantinha colónias em África. Estavam descobertas as potencialidades da bacia do Rovuma, mas a guerra que se desenrolava em Moçambique constituía uma barreira para que se realizassem trabalhos de prospecção naquela área, com segurança, pelo que as companhias se mantiveram ao sul do Save. Em 1971 as explorações mostram ainda a existência de petróleo no canal de Moçambique (Bragança, 1970, 1973, 1974; CIP & AWEPA, 2013). No entanto, as explorações de carácter geológico realizadas a partir de 2000 permitiram que nos últimos 5/6 anos, se tivesse tornado pública a extensão desta riqueza, pela sua extraordinária visibilidade e importância para a economia de Moçambique com as novas descobertas dos potenciais do carvão de Tete e do gás da bacia do Rovuma (CIP & AWEPA, 2013; entrevista do vice-ministro dos recursos minerais à RTP África, Maputo: 19/02/2014). O desenvolvimento das novas indústrias a nível global e as necessidades crescentes em combustíveis geradas pela evolução das economias emergentes potenciaram a importância da exploração destes recursos (entrevista do vice-ministro dos recursos minerais à RTP África, Maputo: 19/02/2014).

Neste momento começam a visualizar-se, cada vez com mais clareza, os impactos socioeconómicos presentes e futuros da exploração de hidrocarbonetos na província de Cabo Delgado. Há estudos realizados em outros países que mostram os riscos ambientais resultantes da exploração de recursos mineiro-energéticos, como é o caso do gás natural. Alguns trabalhos realizados em Moçambique em 2008, mostravam já que as pesquisas sísmicas realizadas na costa norte de Moçambique, embora não afectassem na altura as dinâmicas dos *stocks* pesqueiros, podiam contribuir para um afastamento das migrações reprodutoras de peixe até 30 Kms de distância (Santos, 2008: 76-77). Este estudo refere ainda que as fontes de ruído e ondas de pressão resultantes da prospecção podem, eventualmente, provocar a mortalidade de algumas espécies na área onde esse som se reproduz, para além dos transtornos causados pela intensidade do tráfego marítimo que pode afectar não só a circulação das embarcações de pescadores, como o turismo (Santos, 2008: 76-77). Não sendo o nosso estudo especificamente virado para a área de produção pesqueira e consequentemente sobre os impactos directos e indirectos que a exploração do gás poderá vir a ter sobre os pescadores artesanais, é no entanto previsível que para além dos episódios de conflitos já mencionados pelo acesso ao direito e uso de exploração da terra que se verificam em Palma, com as obras de construção da unidade de produção de gás liquefeito e linhas de transporte, as obras do porto de Palma e a alteração da composição demográfica provocada pela mão-de-obra ligada a estas actividades, venham a criar novos conflitos com as comunidades locais, como: maior competição pelo acesso à terra; maiores dificuldades de acesso a pesqueiros; problemas de circulação no mar e possíveis problemas ecológicos advenientes dessa exploração.

Como observou Dimande, para a exploração do gás natural em Moçambique, será necessário contratar bens e serviços exteriores às empresas exploradoras deste recurso, com

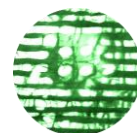


padrões elevados de qualidade, que o país não está em condições de providenciar (Dimande, 2012). Com esta exploração virá, consequentemente, mão-de-obra especializada e outros contratados com experiência ou níveis educacionais requeridos, acima das capacidades de respostas locais, podendo eventualmente vir a criar problemas de crises identitárias e o desenvolvimento de um clima de xenofobismo, cujo embrião já está implantado quando os locais se referem aos estrangeiros como *vientes*, estabelecendo as devidas fronteiras entre o *Eu* e o *Outro*. Os dados que acabámos de referir, apontam para o facto de muitas das expectativas que se vêm criando a nível local e nacional, com o anúncio público da existência das potencialidades para exploração do gás natural nesta região e as eventuais aberturas para o mercado nacional de emprego, poderem ser goradas se atendermos a situações similares em outros lugares do universo. Nesse caso, é previsível, como já mencionado, o desenvolvimento de conflitos de carácter social. Mas perspectivam-se também algumas oportunidades de negócio, que deverão ser aproveitadas pelo Governo para incentivar o crescimento local e de algumas empresas nacionais (Dimande, 2012). Note-se porém que, se é verdade que as economias extractivistas produzem aumentos desmedidos na renda que podem trazer lucros rápidos e fáceis, não é menos verdade que essa renda aparece maioritariamente desconectada da possibilidade do desenvolvimento local. Esta situação pode ser justificada, quer pelo alto nível de tecnologias desenvolvidas com uso de mão-de-obra especializada, quer ainda porque mesmo quando as empresas da indústria extractiva fazem investimentos que se situam normalmente no âmbito das alíneas referentes à responsabilidade social e empresarial, impostas pelos contratos, eles não significam necessariamente desenvolvimento.

Estudos realizados em Moçambique sobre extração mineira (Selemane, 2011) mostram que dificilmente as comunidades têm qualquer controlo sobre as empresas ligadas às indústrias extrativas. Ignoram-se assim, as questões de natureza económica e social que ligam as populações que têm que ser transferidas dos seus habitats para outras áreas, e os conflitos daí advenientes. Os benefícios fiscais para os investidores aliados a um controlo ambiental ainda frágil, criados pelo Estado no sentido de tornar os investimentos mais atractivos, acabam por ser excessivos, com poucos benefícios para o desenvolvimento local, e no geral, para as receitas do Estado (CIP 2013 a;b;c; 2014). Como refere Castel- Branco:

O problema de exploração de recursos energéticos como os hidrocarbonetos, é a questão da distribuição da riqueza (...); a experiência recente da concessão e exploração de recursos parece estar orientada exclusivamente para facilitar e acelerar o processo de acumulação primitiva de capital (Castel-Branco 2011:10).

Zahara Moloo (2014) ao analisar a indústria extractiva no Kenya relembra que desde a presença das potências europeias em África a história da extração de recursos minerais foi sempre acompanhada de situações de conflitos e empobrecimento das populações residentes nessas áreas. Ao mesmo tempo, Moloo chama a atenção para outras partes do globo onde a acção das multinacionais de exploração mineira, resultou, invariavelmente, em consequências sociais e ambientais devastadoras e em levantamentos das comunidades afectadas. Moçambique não está isento do surgimento de problemas semelhantes, como temos vindo a



referir, incluindo as consequências que afectarão os projectos de protecção da natureza, já instalados ao norte da província de Cabo Delgado.

O turismo, particularmente, sofrerá também as consequências desta exploração, quer através de problemas ecológicos, quer ainda de circulação, pela intensa actividade de tráfego marinho, e a criação de um porto especializado.

### **Que Alternativas De Sobrevivência Na Costa De Cabo Delgado?**

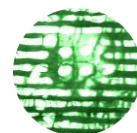
Mais do que uma análise definitiva, trouxemos para discussão, as nossas reflexões sobre a problemática de acesso a recursos na província de Cabo Delgado, baseadas numa leitura feita a partir dos dados qualitativos recolhidos em trabalho de campo nos Distritos de Mocimboa da Praia, Quissanga, Metuge e cidade de Pemba. Abordámos, especificamente, questões ligadas a conflitos por acesso a recursos no seio das comunidades costeiras e a sua relação com o turismo, áreas de conservação e de exploração mineiro-energética.

Partindo de outras experiências existentes no mundo e particularmente de Moçambique (prospecção e exploração de areias pesadas, carvão e pedras preciosas), poderemos concluir que no processo de gestão de recursos naturais, renováveis ou não, se os conflitos presentemente existentes ou latentes não forem tomados em conta, podemos prever a sua extensão ou eclosão, a curto e médio prazos, não só a nível socioeconómico mas abrangendo também a área ambiental. Um bom exemplo desta situação é expresso pelas palavras de um camponês de Quissanga, quando se refere que “fecharam o mar e o mato”, ou seja, fecharam as portas de acesso aos recursos naturais, com poucas ou nenhuma alternativas para uma população que sobrevive do acesso e exploração dos mesmos.

Uma melhor coordenação entre os actores envolvidos no processo de exploração e protecção/conservação dos recursos naturais com o Governo e as ONG's que atuam na área, e entre as diversas instituições governamentais, poderá constituir uma base de partida para minimizar situações mais graves no futuro, permitindo, na prática, a existência de espaços de coexistência entre as comunidades costeiras e a vida selvagem, bem como na sua relação com as explorações turísticas. Cabe também aos que podem influenciar os decisores de políticas, trabalhar no sentido de propor uma revisão das políticas públicas para que elas possam ser menos excludentes, sem esquecer a necessidade da sua monitoração.

Ao longo deste texto trouxemos algumas questões que ilustram, por um lado, que as políticas de redução da pobreza e os projectos que propõem abrir caminhos para o desenvolvimento do país têm que mergulhar nas realidades das populações rurais que constituem a maioria dos habitantes do país e, por outro lado, os desafios impostos pela sobrevivência das comunidades costeiras no contexto socioeconómico e político em que o país está mergulhado.

A União Africana (2004) adoptou um conceito de segurança amplo, que inclui o respeito pela satisfação das necessidades básicas dos cidadãos deste continente, com a criação das condições necessárias para a sua sobrevivência, assegurando que cada indivíduo possa ter



acesso às escolhas e oportunidades que lhe permitam desenvolver os seus potenciais ( Poku, Renwick & Porto, 2007). Um olhar pelo continente africano e as situações que se vivenciam com a descoberta e exploração dos recursos naturais, leva-nos a colocar no prato da balança a relação entre os dispositivos legais internacionais e nacionais que os Governos aprovam, assinam e ratificam, e as políticas públicas nacionais. Neste processo devemos ainda tomar em conta a forma como essas mesmas políticas se transformam em práticas em cada um destes mesmos países, quando a força do capitalismo neoliberal transforma os cidadãos em simples obstáculos e entraves para a acumulação de determinados extractos sociais e das multinacionais.

Os finais dos anos 50, a década de 60 e os meados de 70 do século XX são marcos que representam os esforços realizados para que a África se libertasse da opressão colonial. Contraditoriamente, muitos países deste continente correm agora o risco de transformarem os seus cidadãos de sujeitos da História em objectos da ganância do capitalismo. Significa isto que, à medida que se forem desenvolvendo as economias extractivistas, decrescerão, em razão inversa, as possibilidades de acesso a escolhas e oportunidades para que a maioria dos cidadãos possam desenvolverem os seus potenciais. A nível micro, estes são os perigos a que estão expostas as populações que vivem nas áreas de Cabo Delgado onde se implantam os grandes projectos.



## Referências Bibliográficas

- Arthur, Maria José, *et al* (2013) *A Lei da Família e a igualdade de direitos: balanço da sua aplicação*. Maputo: WLSA Moçambique
- Bonate, Liazzat (2006) “Matriliny Islam and Gender in Northern Mozambique.” *JRA*(36) 2, pp.139-166.
- (2013) “Muslim Memories of the Liberation War in Cabo Delgado”. *Khronos* (39), pp. 230-256
- Bragança, Aquino (1970) “Les Trusts petroliers s’interessent aussi au Mozambique” *Africasia*(10) : pp. 16-17.
- Bragança, Aquino (1973) « Pourquoi la Guerre au Mozambique ? » *Afrique Asie* (22) : pp.26-27.
- Bragança, Aquino (1974) “La Tanzanie sur le carnet des petroliers”, *Afrique Asie*, nº 51, pp. 18-26, 1974.
- Casimiro, Isabel (2008) *Cruzando lugares, percorrendo tempos: mudanças recentes nas relações de género em Angóche*. Coimbra: FEUC. Tese de Doutoramento.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2002), *Mega Projectos e Estratégia de Desenvolvimento: notas para um debate*. IESE:  
[http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega\\_projectos\\_Moz\\_texto.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mega_projectos_Moz_texto.pdf). Acessado a 01.02.13.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2010), “Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique”, *Cadernos IESE* nº.1. Maputo: IESE, pp. 1-90.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2011), “Desafios da Mobilização de Recursos Domésticos- Revisão crítica do Debate”, *Cadernos IESE* nº8. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2012 a), *Índice de Desenvolvimento Humano e desafios para o futuro*. Comunicação feita ao departamento de Sociologia da UEM, 20 de Março, de 2012, acessível em Janeiro 2012.  
[http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/IDH\\_DepSociologia.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/IDH_DepSociologia.pdf), data, 31.01.2014.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2012 b), *Moçambique é refém de si mesmo*. Entrevista de Marta Barroso a Carlos Nuno Castel-Branco. <http://dw.de/p/16Cpd>. Acessado a 02.02.2014.
- CIP (2013 a), *Os Contratos de gás na Bacia do Rovuma: os detalhes e o que eles significam*. Serviço de Partilha de Informação nº. 3, 2013.
- CIP (2013b), *Financiamento da Participação de Moçambique nas concessões de gás na Bacia do Rovuma: grandes custos, grandes riscos*. Serviço de Partilha de Informação nº.5, 2013.
- CIP (2013 c), *As Potenciais Receitas do Rovuma: implicações dos contratos de 2006 e as receitas do Estado*. Serviço de Partilha de Informação nº. 7, 2013.

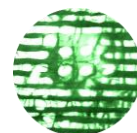




- CIP (2014), *A reacção da SASOL ao relatório publicado pelo CIP é vaga e sem detalhes*. Serviço de Partilha de Informação nº. 01, 2014.
- CIP & AWEPA (2013), *Mozambique Political Process Bulletin*, nº 53, February 2013.
- Dimande, Cláudio David (2012), “A (possível) inserção de pequenas e médias empresas na cadeia produtiva do gás natural em Moçambique”, *III Conferência Internacional do IESE: Moçambique, Acumulação e Transformação em contexto de crise internacional*, Conference Paper nº. 20, Maputo, 4-5 de Setembro, 2012.
- Coelho, João Paulo B. (2013), *African approaches to maritime security: Southern Africa*. Maputo : Friedrich-Ebert-Stiftung.
- Conceição, Rafael (2006) *Entre o Mar e a Terra: situações identitárias do norte de Moçambique*. Maputo: PROMÉDIA.
- Francisco, António (2003), “Reestruturação Económica e Desenvolvimento, in Santos, Boaventura Sousa & Trindade, João Carlos (orgs.), *Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Vol. I, Porto: Afrontamento, pp. 141-178. - Francisco, António; Ali, Rosmina e Ibrahim Yasfir (2011), “Protecção Social Financeira e Demográfica em Moçambique: oportunidades e desafios para uma segurança humana digna”, in Brito, Luis, *et Al.*, *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE, pp.283-331.
- IDPPE (2006), *Plano Estratégico do subsector de Pesca Artesanal*.
- INE (2012) Recenseamento Geral da População e Habitação 2011. Resultados Finais.
- Lopes, José (2013) *Corredores Mineiro-Energéticos 2020: impactos marítimos do Afro-Índico no canal de Moçambique*. Maputo: CESAB.
- Menezes, Ana; Smardon, Richard & Almeida, Tenreiro (2009), “The Changing Dynamics of Local Institutions in Fishing Communities in Mozambique: responses to policy public participation and decision making”, *Environmental Practice*, 11 (1) March, pp. 33-51.
- Menezes, Ana, Eide, Arne & Raakjaer, Jesper (2011), “Moving out of poverty: conditions for wealth creation in small-scale fisheries in Mozambique”, in Svein Jentoft & Arne Eide (eds), *Poverty Mosaics: realities and prospects in small-scale fisheries*. London /New York: Springer, pp. 407-425.
- MICOA- Ministério da Coordenação e Acção Ambiental (2007), *Relatório Nacional sobre Ambiente Marinho e Costeiro*. Maputo.
- MPD – Ministério da Planificação e Desenvolvimento (2010), *Pobreza e bem-estar em Moçambique, 3ª avaliação nacional*, Outubro 2010.
- Mosca, João (2013), “Economia Moçambicana 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem”, in, Mosca João, Abbas Mâriam e Bruna, Natacha, *Economia de Moçambique, 2001-2010*. Maputo: Escolar Editora, pp.17-71.



- *Mozpescas*- Revista trimestral do Ministério das Pescas. Edição 06, Março de 2006.
- Moloo, Zahara (2014), “Kenya’s civil society & extractive industries: buying into neoliberalismo?” *Codesria Newsletter*, Friday 31 January, acessado em: <http://www.codesria.org/spip.php?article>.
- Ngove, Fausto F. Daniel (2013), “ Contributo do Turismo para o desenvolvimento das áreas de conservação: oportunidades e limitações. O caso do Parque Nacional do Limpopo”, in, Quive, Samuel; Chilundo, Arlindo e Mutisse, Luisa C. (orgs.), *Perspetiva Sociológica do Desenvolvimento rural*. Maputo: Departamento de Sociologia/Mestrado em Sociologia Rural, UEM, pp.71-122.
- Oliveira, Esperança R.C. de (2013),”Análise da Participação dos Comités Locais na Gestão das Áreas Protegidas: o caso do Parque Nacional do Limpopo”, in: Samuel Quive, Samuel, Chilundo, Arlindo e Mutisse, Luisa C. (orgs.), *Perspetiva Sociológica do Desenvolvimento rural*. Maputo: Departamento de Sociologia/Mestrado em Sociologia Rural. UEM, pp.3-70.
- Ossemane, Rogério (2013), Relevância e Desafios da Tributação de Megaprojectos em Moçambique. Maputo, 20 de Agosto de 2013, Lançamento da Campanha Justiça Ambiental. Acessado em 02.02.2014.  
[http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2013/RO\\_ActionAID\\_2013.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2013/RO_ActionAID_2013.pdf)
- Osório, Conceição & Cruz e Silva, Teresa (2008) *Buscando sentidos- Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário em Moçambique* . Maputo: WLSA Moçambique.
- PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) *Relatório do Desenvolvimento Humano 2013*.
- Poku, Nana, Renwick, Neil & Porto, João Gomes (2007) “Human Security ans Development in Africa”, *International Affairs* 83(6), pp. 1155-1170.
- Salas, Silvia *et al* (2011),”Addressing Vulnerability: coping strategies of fishing communities in Yucatan, Mexico, in Jentoft, Vein & Eide, Arne (edts) *Poverty Mosaics: realities and prospects in small-scale fisheries*. London & New York: Springer, pp.195-220.
- Santos, Jorge (2008), “ O papel da administração pesqueira na gestão do subsector artesanal em Moçambique: o presente e modelos para o futuro”. Maputo: *Ministério das Pescas – Direcção Nacional de Administração Pesqueira*.
- Selemane, Tomás (2010), *Questões à volta da mineração em Moçambique: Relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga* (com comentário de João Mosca). Maputo: CIP.



- Selemene, Tomás (2013), (org.) *Boletim sobre o processo político em Moçambique*, nº. 53, 15 de Fevereiro de 2013.
- Shiva, Vandana (2014) “Homeless in the global Village”, in: Maria Mies & Vandana Shiva *Ecofeminism*. London: Zed Books, pp.
- Silva, Romeu (2013), “Exploração do gás em Cabo Delgado não obedece às leis de Moçambique” D.W (Deutsche Welle). 26.08.2013. <http://www.dw.de/explora%C3%A7%C3%A3o-do-g%C3%A1s-em-cabo-delgado-n%C3%A3o-obedece-%C3%A0s-leis-de-mo%C3%A7ambique/a-17045808>, acessado a 03/02.2014.
- Tordeta, Ratabayw (2010), “L’utilisation viable des ressources naturelles pour le développement: le cas du pétrole tchadien”, in: Jean-Christophe Bounou Bazika & Abdelai Bensaghir Naciri, *Repenser les économies africaines pour le développement*. Dakar: CODESRIA, pp.197-210.
- UNDAF (2011), *Quadro das Nações Unidas para assistência ao Desenvolvimento de Moçambique, 2012-2015*. Maputo, Julho de 2011.
- Veltmeyer, Henry & Petras, James (2014) *The new Extrativism: a post-neoliberal development model or imperialism of the twenty-first century?* London: Zed Books
- Vieira, Sérgio Pires (2005), *Crescimento económico, desenvolvimento humano e pobreza Análise da situação em Moçambique*, Documento de Trabalho nº.68, Lisboa: ISEG, Universidade de Lisboa.
- Zeleza, Paul (2006) “Human Rights and Development in Africa: New Contexts, Challenges and Opportunities”, in: Sall, E.& Wohlgemuth, L. *Human Rights, Regionalism and the Dilemmas of Democracy in Africa*. Dakar: CODESRIA, p.55-96.

---

<sup>i</sup> Esta comunicação resulta da adaptação e transformação de dois capítulos da mesma autora escritos para um livro em fase de edição pelo CESAB (no prelo), organizado por Teresa Cruz e Silva, Manuel G. M. Araújo e Amélia Neves de Souto.



- <sup>ii</sup> Para mais informações sobre as potencialidades do Índico Africano e o papel que Moçambique pode vir a desempenhar na geopolítica das rotas do comércio marítimo, veja: Lopes (2013); Coelho (2013).
- <sup>iii</sup> Adoptámos o conceito segurança no sentido mais amplo usado pela ONU, contemplando: garantia de trabalho produtivo e remunerado; acesso a alimentos básicos; protecção contra doenças; meio ambiente seguro; garantia do exercício de cidadania; protecção de valores; práticas e identidades culturais comunitárias e, protecção contra a violência física (PNUD, 1994).
- <sup>iv</sup> “A economia marítima deve ser entendida como uma vasta rede de relações económicas e sociais que só a presença do mar torna possíveis e viáveis. As diferentes categorias sociais próprias deste tipo de economia representam a estrutura geral de uma sociedade fortemente dependente dos recursos marinhos, dos imperativos, dos limites e das contingências do mar (...)” (Conceição, 2006: 105).
- <sup>v</sup> Para mais informações sobre a importância do Islão no norte de Moçambique, veja por exemplo, Bonate (2005; 2006; 2014).
- <sup>vi</sup> Veja por exemplo a situação recentemente constatada em algumas áreas costeiras de Cabo Delgado, sobre a evolução que o Islão e as suas regras assumem hoje em dia, quanto ao direito de família, num estudo realizado pela WLSA Moçambique (Arthur *et al.*, 2012).
- <sup>vii</sup> A confirmar esta situação, os dados do Censo de 2007, indicam para os distritos incluídos neste estudo, que a percentagem de indivíduos que se declaram como praticantes do Islão se divide em: Mocímboa da Praia- 56,1%; Pemba-71,9%; Metuge -77,1%, e Quissanga- 93,8%, num universo de 53,8% de praticantes da mesma religião, para toda a província. Na base do mesmo censo, foi também possível verificar que 63,9% da população urbana desta província é praticante do Islão.
- <sup>viii</sup> O IDH é uma tentativa para medir bem-estar usando uma abordagem de capacidades multidimensionais, rendimento, saúde e educação. Veja Castel-Branco (2012 a).
- <sup>ix</sup> No PARPA a pobreza é definida como “A impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso às condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade” (PARPA II). Tal como acontece com a medição do IDH, a revisão da literatura nos mostra que os parâmetros para a definição deste conceito e sua medição são objecto de vários debates nem sempre concordantes (Vieira, 2005).
- <sup>x</sup> Francisco, Ali e Ibrahim (2011), comparando os dados de três rondas de avaliação da pobreza em Moçambique referem que os resultados de vários estudos concluem existir neste país uma pobreza “ainda muito elevada, cronicamente resistente e mostrando sinais de aumento, em vez de diminuição” (p.14). Os autores deste texto, ilustram esta situação através de dados oficiais, tratando ainda especificamente a pobreza rural.
- <sup>xi</sup> Mosca, que classifica este período por “populismo económico”, refere que este é caracterizado por “políticas expansivas (...) sustentadas por recursos externos (ao orçamento do Estado, no investimento e no financiamento da balança de pagamentos) e não através da riqueza gerada pela economia nem receitas públicas. O populismo económico é também aplicado através da instrumentalização de empresas públicas com decisões económicas politizadas” (Mosca, 2013: 78).
- <sup>xii</sup> A maior parte da informação sobre este assunto foi obtida com recurso a entrevistas semi-estruturadas e grupos focais, não havendo por isso dados quantitativos que reflectam com mais precisão a situação acabada de referir.
- <sup>xiii</sup> Na altura da produção deste texto não estavam acessíveis dados de estudos sobre o conflito de terra que opunha as populações locais à companhia de exploração de gás (Anadarko), devido ao processo de reassentamento dos habitantes do distrito das áreas onde se previa construir a fábrica de processamento de gás e colocação de infraestruturas para o seu transporte (pipeline). Informações veiculadas pelos órgãos de informação nacionais e estrangeiros, mencionam irregularidades no processo de licenciamento da Anadarko e da transferência dos DUAT’s (Direito de Aproveitamento e Uso da Terra) das populações locais para a companhia. A denúncia é feita pelo Centro Terra Viva que trabalha no distrito, conforme foi noticiado a 26.08.2013 pela Deutch Well (Silva, 2013).

